

AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO NORTE SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO 2017: PERFIL E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Family farming in Rio Grande do Norte according to the 2017 agricultural census: profile and challenges for rural development

Joacir Rufino de Aquino

Economista. Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor Adjunto IV do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/Campus de Assú). Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão. Rua Sinhazinha Wanderley, 871, Centro. CEP: 59650-000 - Assú, RN. joaciraquino@yahoo.com.br

Roberto Marinho Alves da Silva

Filósofo. Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UNB). Professor Associado II da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social. Lagoa Nova. CEP: 59078-970 - Natal, RN. rmas2007@gmail.com

Emanoel Márcio Nunes

Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professor Adjunto IV da Graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Economia (PPE) e em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES) da UERN. Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia. Campus Universitário Central, Setor IV, Rod BR 110, Km 46. Costa e Silva. CEP: 59625-620. Mossoró, RN. emanoelnunes@uern.br

Fernando Bastos Costa

Economista. Doutor em Ciências Sociais/Desenvolvimento Regional (UFRN). Professor aposentado e, atualmente, Professor Colaborador Voluntário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. fbastosufrn@gmail.com

Willy Farias Albuquerque

Economista. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Assistente II e pesquisador do Curso de Economia da UERN/Campus de Assú. willyfarias@uern.br

Resumo: O objetivo deste artigo é traçar um perfil socioeconômico atualizado da agricultura familiar no Rio Grande do Norte (RN) e discutir seus desafios futuros. Para tanto, utilizam-se dados do Censo Agropecuário 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em linhas gerais, o trabalho mostra que a agricultura familiar se destaca no campo potiguar na produção de alimentos e na geração de ocupações produtivas para centenas de pessoas. No entanto, o segmento é entravado pela escassez de ativos produtivos que atinge a maioria dos estabelecimentos, passando a depender de rendas externas para garantir sua manutenção. A superação desses e outros problemas exige uma estratégia ampla de desenvolvimento rural focada no enfrentamento das vulnerabilidades da agricultura familiar estadual e no incentivo das suas potencialidades.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural; Rio Grande do Norte.

Abstract: The aim of this article is to outline an updated socioeconomic profile of family farming and discuss their future challenges. For this purpose, it uses data from the 2017 Agricultural Census conducted by Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. In general, the paper show that family farming stands out in the countryside of Rio Grande do Norte in the production of food and in the generation of productive occupations for hundreds of people. However, the segment is stucked by the scarcity of productive assets that affect most establishments, which now depend on external income to guarantee their maintenance. Overcoming these and other problems requires a broad rural development strategy focused on addressing the vulnerabilities of state family farming and encouraging its potential.

Keywords: Family Farming; Rural Development; Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Norte (RN) destaca-se nacionalmente como um dos maiores produtores e exportadores de frutas tropicais do Brasil, tendo como carro-chefe a cultura do melão (PENHA; MATOS FILHO, 2016; TRIBUNA DO NORTE, 2020a, 2020b). A competitiva fruticultura estadual tem como base um seleto grupo de médios e grandes produtores patronais, que usam trabalho assalariado e técnicas modernas de irrigação. Entretanto, o Estado também conta com um setor familiar muito representativo do ponto de vista econômico e social, embora sua participação relativa em nível regional seja reduzida.

É pertinente ressaltar que o reconhecimento da agricultura familiar potiguar foi reforçado em 2019, com a criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Sedraf),¹ à qual ficou vinculado o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater). Tal mudança representa um fato novo no âmbito da trajetória do setor público estadual, com a ampliação do escopo das ações de fomento e de assistência técnica direcionadas ao desenvolvimento rural com a diretriz de “[...] fortalecer a agricultura familiar, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados [...]”, conforme as competências e atribuições legais da Sedraf e explicitado em programas e objetivos do recém aprovado Plano Plurianual do Governo Estadual para 2020-2023.²

Com efeito, apesar do avanço administrativo registrado, não se tem até o momento um diagnóstico da situação dos agricultores familiares norte-rio-grandenses. Na verdade, os trabalhos mais abrangentes sobre o tema usaram como referência informações estatísticas extraídas do penúltimo recenseamento do IBGE realizado em 2006/2007, ou seja, há mais de uma década (AQUINO; FREIRE; CARVALHO, 2017; AQUINO; LACERDA, 2014; CASTRO, 2012; COELHO, 2010; IBGE,

2009). Além disso, não se sabe como ficou o quadro do setor após a Grande Seca que atingiu o Estado no período de 2012-2017.

Nesse sentido, visando contribuir no preenchimento dessa lacuna no conhecimento sobre o tema, o objetivo deste artigo é traçar um perfil socioeconômico da agricultura familiar no RN usando como referência principal os dados do Censo Agropecuário 2017, divulgados em outubro de 2019 pelo IBGE. Adicionalmente, pretende-se destacar as contribuições do setor para o desenvolvimento estadual, bem como os desafios para construção de uma estratégia de desenvolvimento rural pautada no enfrentamento das fragilidades e no incentivo das potencialidades do segmento.

Em termos metodológicos, seguindo os critérios de classificação da Lei n. 11.326/2006 regulamentada pelo Decreto n. 9.064/2017, foram considerados pelo IBGE agricultores familiares todos os produtores que (DEL GROSSI, 2019; IBGE, 2019): i) possuem áreas de terra de até 4 (quatro) módulos fiscais³; ii) utilizam, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; iii) obtêm, pelo menos, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu sítio; e iv) dirigem o estabelecimento ou empreendimento estritamente com sua família.

Assim, por exclusão, os demais produtores foram classificados em não familiares ou patronais. Em outras palavras, tinham áreas maiores do que 4 módulos e produziam empregando predominantemente o trabalho assalariado. Ademais, tinham sua gestão profissionalizada fora dos limites do domínio familiar, tais quais os estabelecimentos empresariais do setor fruticultor de exportação mencionados acima.

Para compor o cenário socioeconômico atualizado dos produtores familiares norte-rio-grandenses, montou-se um amplo painel de dados estatísticos coletados na plataforma do SIDRA/IBGE.⁴ Esses dados foram organizados em ta-

1 Sobre a criação da Sedraf, em substituição a extinta Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária (SEARA), ver os artigos 2º e 3º da Lei Complementar nº 649, de 10 de maio de 2019, que trata da reorganização do Poder Executivo do Estado do RN (RIO GRANDE DO NORTE, 2019a).

2 O Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Norte (PPA) para o quadriênio 2020-2023 foi sancionado em Lei nº 10.695, de 14 de fevereiro de 2020 (RIO GRANDE DO NORTE, 2020).

3 O módulo fiscal é uma unidade de medida em hectares, cujo valor é fixado pelo Incra em cada município. No caso específico do RN, o seu tamanho médio oscila entre 7 e 70 hectares (DIEESE, 2011). É oportuno chamar a atenção que a aplicação desse tipo de classificação de forma acrítica (taken for granted), como critério de acesso às políticas para o rural, pode também distorcer os resultados, impedindo o acesso de muitas famílias aos benefícios dos programas governamentais (OLIVEIRA; BASTOS, 2019).

4 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>.

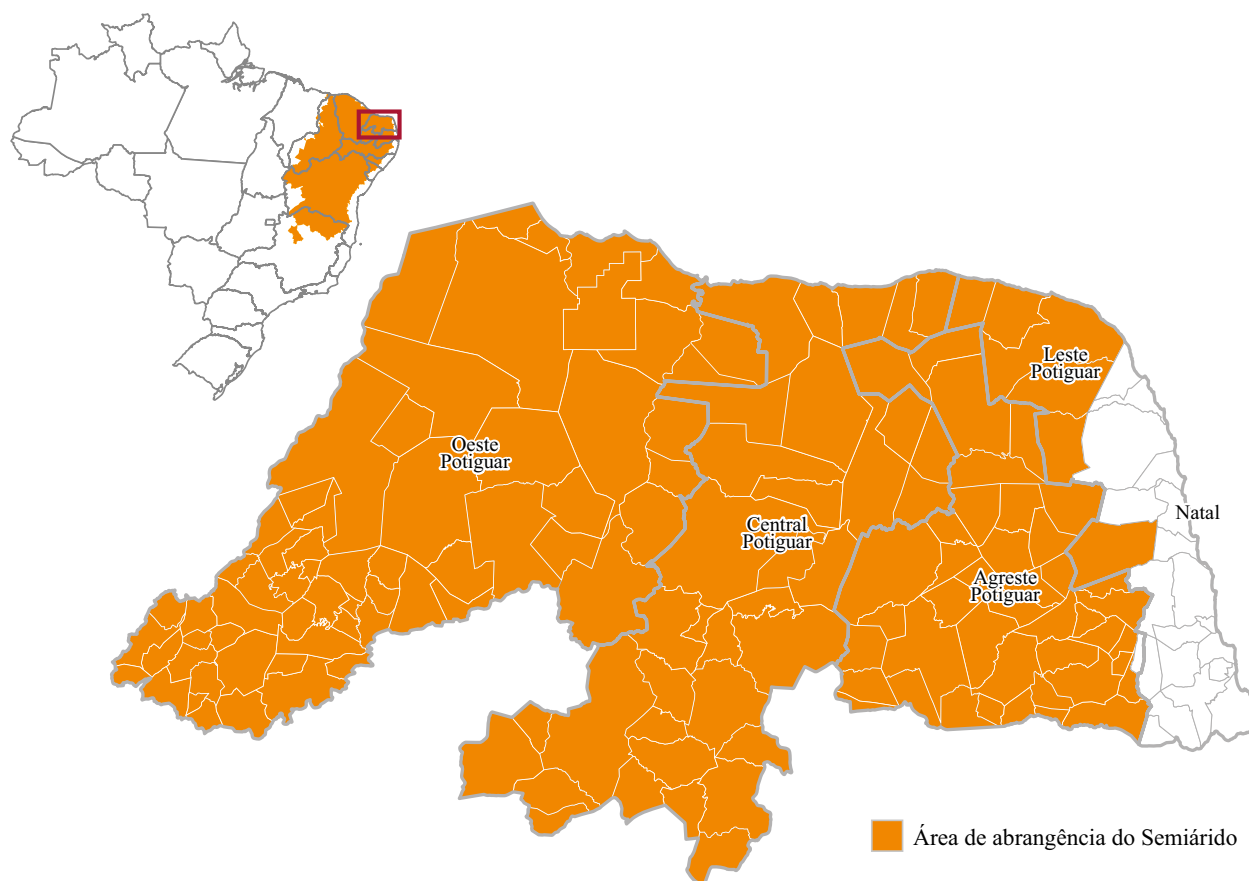
belas e gráficos e, em seguida, analisados à luz de parte da literatura disponível sobre o tema.

A estrutura do trabalho está organizada em mais seis seções além desta Introdução. Na próxima seção faz-se uma breve contextualização da importância e características fundiárias da agricultura familiar potiguar. A terceira e a quarta seções apresentam o perfil dos chefes dos estabelecimentos e alguns aspectos tecnológicos de suas propriedades. Já as duas seções seguintes são dedicadas à análise da produção e das receitas das unidades familiares. Nas Considerações Finais, por sua vez, faz-se uma breve síntese da discussão e, em seguida, elenca-se os principais desafios para o fortalecimento da agricultura familiar estadual com indicações de estratégias para as políticas públicas.

2 IMPORTÂNCIA E CARACTERÍSTICAS FUNDIÁRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR POTIGUAR SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO 2017

O RN ocupa uma área territorial de 52.810 km², dividida em quatro mesorregiões (Oeste Potiguar, Central Potiguar, Agreste Potiguar e Leste Potiguar), 19 microrregiões e 167 municípios. Limita-se ao norte e ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com a Paraíba e a oeste com o Ceará. Entre os nove estados da Região Nordeste, além de ser o terceiro menor em extensão, o RN se destaca por possuir 93% do seu território inserido nos limites do semiárido brasileiro (Figura 1).

Figura 1 – Localização geográfica e área de abrangência do Semiárido no Rio Grande do Norte - 2017



Fonte: Malha cartográfica do IBGE (2015) e Brasil (2018).

Nota: Mapa adaptado, a pedido de Aquino e Nunes (2019), pela geógrafa R. S. França.

Neste espaço particular, onde vivem 1,7 milhão de pessoas, sendo 549 mil em áreas rurais (IBGE, 2010), as estiagens prolongadas influenciam diretamente no desenvolvimento socioeconômico, com a desestruturação dos sistemas produtivos de sequeiro, repercutindo em perdas financeiras e na

piora das condições de vida da população sertaneja. Soma-se a isto a degradação ambiental decorrente do manejo inadequado do solo e da vegetação de caatinga, além da exploração excessiva dos recursos naturais e da poluição de mananciais hídricos.⁵

⁵ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2017 (IBGE,

De forma semelhante ao que acontece no contexto regional nordestino, apesar das dificuldades enfrentadas no ambiente semiárido agravadas pela Grande Seca que atingiu a região de 2012 a 2017 e outros gargalos estruturais, a agricultura familiar continua sendo a principal forma de produção e trabalho no meio rural norte-rio-grandense. Segundo os dados do último Censo Agropecuário do IBGE, expostos na Tabela 1, existiam 63.452 estabelecimentos agropecuários no campo potiguar, em 2017. Desse total, 50.680 (79,9%) eram familiares. As estatísticas do IBGE revelam, também, que a categoria responde por 67,8% da ocupação do setor, gerando oportunidades de trabalho para mais de 145 mil pessoas.

Os números da referida tabela mostram, porém, que os agricultores familiares norte-rio-grandenses dispõem apenas de 34,8% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do Estado. Considerando que a terra continua sendo um ativo fundamental para as atividades agrícolas e pecuárias, independente da condição do produtor nas áreas rurais, o Censo Agropecuário de 2017 confirmou a continuidade da expressiva concentração fundiária no contexto estadual, uma vez que os 12.772 estabelecimentos não familiares, que somam 20,1% do total e ocupam 32,2% das pessoas, concentram 65,2% da área dedicada às unidades agropecuárias.

Tabela 1 – Número, área e pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais do Rio Grande do Norte (2017)

Tipo de Agricultura	Estabelecimentos (*)		Área (hectares)		Pessoal Ocupado	
	Número	%	Número	%	Número	%
Familiar	50.680	79,9	946.510	34,8	145.003	67,8
Não familiar	12.772	20,1	1.776.638	65,2	68.880	32,2
Total	63.452	100,0	2.723.148	100,0	213.883	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Cada estabelecimento agropecuário corresponde a um agricultor familiar ou não familiar.

A questão da desigualdade da distribuição da posse da terra fica mais evidente quando se analisa o tamanho das propriedades dos dois modelos de agricultura, familiar e não familiar. De fato, dividindo a área em hectares pelo número de estabelecimentos contidos na Tabela 1, percebe-se que a área média das propriedades familiares é de somente 19 hectares, enquanto o tamanho médio dos estabelecimentos não familiares ou patronais é de 139 hectares de terra.

Na mesma direção, verifica-se que 47% do total de estabelecimentos agropecuários do RN detêm até dez hectares e ocupam apenas 3,9% da área agrícola total, enquanto que, no

outro lado da escala, os estabelecimentos com mais de mil hectares correspondem a 0,5% do total e ocupam 13,9% da área, ou seja, mais que o triplo da área ocupada pela metade dos estabelecimentos agrícolas no Estado (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se, ainda, que no interior da agricultura familiar prevalece uma grande diversidade de situações fundiárias, oscilando abaixo e acima da média de 19 hectares. Também é possível afirmar que há uma diferenciação marcante na distribuição dos ativos fundiários entre os agricultores familiares. Na verdade, conforme a Tabela 2, metade dos produtores dessa categoria no RN tem até 10 hectares e respondem por menos de 10% da área ocupada. Já os estabelecimentos familiares com áreas acima de 20 hectares somam aproximadamente 30% do total e ocupam 76% das terras pertencentes ao segmento.

2018) apresenta um retrato dos efeitos da seca nos anos de 2012 a 2016 nos 147 municípios de abrangência do Semiárido no RN. Além da escassez hídrica, destaca-se a perda ou redução da produção agrícola em 93% dos municípios, as perdas de animais com redução dos rebanhos (em 89% do total) e o agravamento das fragilidades ambientais (em 53% das localidades), incluindo 29% dos municípios potiguares com agravamento de processos de desertificação.

Tabela 2 – Número e área dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte por grupos de área total (2017)

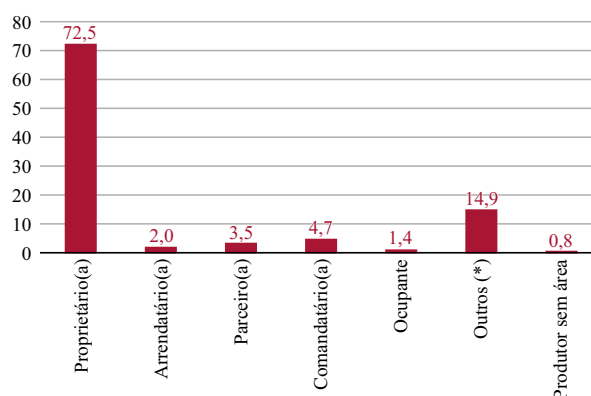
Grupos de área (Em ha)	Estabelecimentos		Área	
	Número	%	Número	%
Menos que 1	3.087	6,1	1.784	0,2
De 1 a 5	14.569	28,7	35.496	3,8
De 5 a 10	8.005	15,8	54.814	5,8
De 10 a 20	9.989	19,7	136.615	14,4
De 20 a 50	9.717	19,2	282.392	29,8
De 50 a 100	3.400	6,7	223.007	23,6
De 100 a 500	1.492	2,9	201.204	21,3
Mais que 500	3	0,0	11.198	1,2
Produtor sem área	418	0,8	--	--
Total	50.680	100,0	946.510	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Cabe atentar para o fato de que, além do número significativo das pequenas áreas dos estabelecimentos familiares (50,6% no limite de até 10 hectares com apenas 9,8% da área), esta análise careceria ainda de um estudo de localização, frente aos diferentes módulos fiscais, podendo revelar muitas dessas unidades como inviáveis para sobrevivência da própria família, dadas as condições edafoclimáticas (OLIVEIRA; BASTOS, 2019).

Outro aspecto que merece ser enfatizado é a condição em que o segmento familiar consegue acessar a terra para morar e trabalhar. O Gráfico 1 indica que 72,5% dos agricultores familiares potiguaros eram proprietários dos pequenos sítios que exploravam em 2017. Entretanto, algo em torno de 30% da categoria acessava os recursos naturais associados à terra por meio do arrendamento (2%), da parceria (3,5%) e da ocupação (1,4%) ou eram assentados sem titulação definitiva de seus lotes (14,9%) e produtores sem área (0,8%).

Gráfico 1 – Condição dos agricultores familiares do Rio Grande do Norte em relação à propriedade da terra, 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

(*) Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva

A análise da atual situação da agricultura familiar no RN requer considerar, portanto, as particularidades das heranças históricas que influenciam e perpetuam algumas das suas características, sobretudo, a limitação estrutural de acesso aos ativos fundiários necessários para viabilizar, de forma adequada, suas atividades produtivas, bem como a reprodução das suas condições de vida.⁶

Em consequência disso, prevalece em algumas áreas do Estado um quadro de exploração da mão de obra agrícola, caracterizada pelas relações precárias de trabalho de moradores, meeiros, parceiros, diaristas e assalariados informais, em grande parte sem acesso à terra ou com pouca terra. Esta situação apresenta-se como outro fator estrutural decorrente da trajetória histórica da ocupação e formação do espaço rural no RN, que impacta nas condições de reprodução da agricultura familiar no presente, reproduzindo condições de pobreza nas áreas rurais.

Por conseguinte, as informações apresentadas sugerem que, apesar da importância da agricultura familiar no RN, o segmento continua “bloqueado” pela pequena quantidade de terra disponível para desenvolver suas atividades produtivas vis-à-vis o segmento patronal. Ademais, ainda há uma porcentagem significativa de agricultores familiares do Estado que acessam o “pedaço de terra” em que desenvolvem

6 Para uma análise dos aspectos históricos relacionados à concentração fundiária com a extrema exploração da mão de obra agrícola, entre outros fatores estruturais no campo do RN, ver: Andrade (1981) e Monteiro (2007).

suas atividades produtivas de forma extremamente precária. Desse modo, se for levado em conta que uma parcela dos “proprietários” recenseados não tem o título formal da propriedade, tudo indica que há um amplo campo para a atuação de políticas governamentais de reforma agrária e regularização fundiária. Ao lado desse desafio, outros vêm à tona quando se analisa o perfil dos responsáveis pela condução das explorações familiares norte-rio-grandenses.

3 PERFIL DOS RESPONSÁVEIS PELOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES

Em sintonia com o argumento esboçado no final da seção anterior, a Tabela 3 evidencia que 83,4% das pequenas propriedades familiares do RN são chefiadas por homens e 16,6% por mulheres. A maioria dos responsáveis pelos estabelecimentos (51,1%), tanto homens quanto mulheres, tem idade avançada acima de 55 anos de vida. Enquanto isso, as faixas de agricultores jovens, até 25 anos e de 25 até 35 anos, é inferior a 10% do total.

Tabela 3 – Perfil dos chefes dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte (2017)

Variável	Categorias de estratificação	Número	%
Sexo	Homem	42.285	83,4
	Mulher	8.395	16,6
Classe de idade	Menor de 25 anos	680	1,3
	De 25 a menos de 35 anos	3.989	7,9
	De 35 a menos de 45 anos	8.265	16,3
	De 45 a menos de 55 anos	11.839	23,4
	De 55 a menos de 65 anos	11.866	23,4
	De 65 a menos de 75 anos	9.244	18,2
	De 75 anos e mais	4.797	9,5
Escolaridade	Sabe ler e escrever	28.193	55,6
	Não sabe ler e escrever	22.487	44,4

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Tais dados sinalizam os limites de sucessão rural na agricultura familiar, cada vez mais envelhecida com a migração da juventude rural para os centros urbanos por falta de oportunidades de trabalho e obtenção de renda no campo, das dificuldades de acesso aos serviços públicos essenciais e de infraestrutura. Além dos riscos de redução da produção de alimentos básicos no Estado, conforme será demonstrado neste artigo, trata-se de um processo de perda cultural, de desperdício de conhecimentos e habilidades que foram experimentadas e desenvolvidas historicamente por gerações de produtores rurais.

Ainda na tabela em foco, chama atenção a precariedade do quadro educacional dos agricultores familiares potiguares. Isso porque 55,6% dos chefes dos estabelecimentos declarou aos recenseadores do IBGE que eram alfabetizados e 44,4% declararam que não sabiam ler ou escrever ao menos um bilhete.

Com efeito, a precariedade do quadro educacional dos agricultores familiares pesquisados torna-se mais evidente quando se analisam os seus níveis de escolarização formal. Nesse sentido, a Tabela 4, a seguir, revela que 22% dos chefes dos estabelecimentos nunca frequentaram a escola ou cursaram apenas até o “antigo primário” (42,4%), podendo ser incluídos na categoria de analfabetos funcionais. Outra parcela conseguiu pelo menos concluir o ensino fundamental, mas o número de produtores com formação igual ou acima do ensino médio é extremamente reduzido.

A situação revelada pelo Censo Agropecuário 2017 é especialmente preocupante e sinaliza uma herança de exploração e exclusão da população do campo que, em pleno século XXI, não conseguiu ainda ter acesso a direitos básicos de cidadania, como a educação, com reflexos negativos múltiplos e complexos: além de limitar o exercício da cidadania, impacta diretamente na produção, pois amplia a dificuldade dos agricultores de identificar e absorver novas técnicas para melhorar seus sistemas produtivos e a convivência com o ambiente natural onde vivem.

Tabela 4 – Nível de escolaridade formal dos chefes dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte (2017)

Escolaridade	Número	%
Nunca frequentou escola	11.161	22,0
Classe de alfabetização - CA	12.915	25,5
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	1.491	2,9
Antigo primário (elementar)	7.092	14,0
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	2.434	4,8
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	9.015	17,8
EJA e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	170	0,3
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	138	0,3
Regular de ensino médio ou 2º grau	5.056	10,0
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	309	0,6
EJA e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	76	0,1
Superior - graduação	801	1,6
Mestrado ou doutorado	22	0,0
Total	50.680	100,0

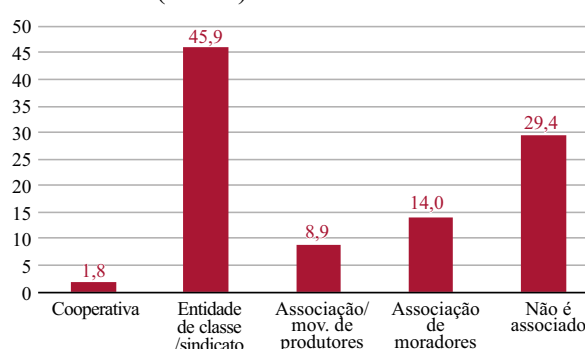
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No que diz respeito ao nível de organização dos chefes dos estabelecimentos familiares no RN, também se verificam muitos problemas. O Gráfico 2 mostra que somente 1,8% dos entrevistados faziam parte do quadro de sócios de cooperativas agropecuárias e 45,9% eram filiados a Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), a maioria provavelmente para garantir o direito à aposentadoria e alguns serviços ofertados por essas entidades. Outros 22,9% informaram que eram membros de associações, mas quase 30% declarou que não participava de nenhum tipo de organização coletiva.

A baixa vinculação dos agricultores familiares às cooperativas, de modo particular, revela a existência de uma aguda fragilidade da organização coletiva voltada para a produção de riquezas. Na verdade, isto representa uma das maiores fraquezas da agricultura familiar do RN, pois, como afirmam Nunes e Schneider

(2013), uma estrutura cooperativa insuficiente acaba por afastar e reduzir a ação da assistência técnica e extensão rural (ATER) e as possibilidades de inovação tecnológica e de acesso aos mercados. Daí resulta um “círculo vicioso” que necessita ser superado, haja vista que sem uma organização coletiva forte e de caráter econômico, a tendência é a agricultura familiar local se manter pobre, com sua estrutura de produção precária e com baixa produtividade.

Gráfico 2 – Participação dos chefes dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte em entidades de classe, 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

É possível afirmar, assim, que a agricultura familiar do RN é limitada por outros fatores além da carência de terra, especialmente fatores relacionados à ausência e deficiência de uma estrutura de organização coletiva capaz de possibilitar a construção de infraestrutura de produção econômica e acesso a mercados. Outro aspecto desafiador é o envelhecimento acentuado e a baixa participação dos jovens, o que pode estar relacionado diretamente com a ausência de projetos de inclusão para eles (como iniciativas por meio de agroindústrias e de logística para comercialização direta), e com os extremamente reduzidos níveis de escolaridade e de organização coletiva, especialmente em cooperativas.

Nesse sentido, o baixo capital humano e social dos agricultores familiares potiguaros, como foi demonstrado por Aquino e Lacerda (2014), é uma das explicações para a situação de pobreza que prevalece entre uma parcela significativa do segmento em nível estadual. Esses problemas, porém, vão se somar com outros aspectos associados à infraestrutura e ao acesso às tecnologias de produção, conforme será discutido na próxima seção.

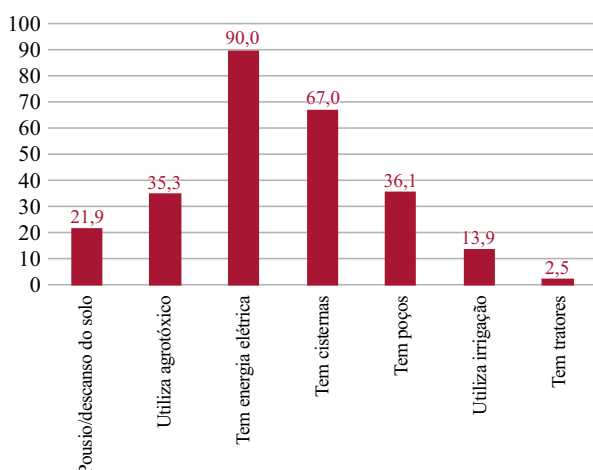
4 ASPECTOS TECNOLÓGICOS DAS UNIDADES PRODUTIVAS

Para fazer frente à escassez de recursos fundiários mencionada anteriormente, a maioria dos agricultores familiares norte-rio-grandenses utiliza exaustivamente a pouca terra que dispõem, buscando extrair o seu sustento e garantir a segurança alimentar. Uma prova disso, conforme mostra o Gráfico 3, é que apenas 21,9% dos produtores declararam deixar suas áreas em pousio ou descanso entre um cultivo e outro, indicando que a maior parte das lavouras é desenvolvida em “terras cansadas”.

É importante sublinhar que 90% dos estabelecimentos familiares do RN já contam com energia elétrica, graças principalmente ao Programa Luz para Todos, criado pelo Decreto n. 4.873, de 2003. Na mesma direção, também em parte devido aos bons resultados das políticas públicas de democratização do acesso à água, 67% dos agricultores familiares potiguaros possuíam cisternas e 36,1% tinham poços em seus pequenos sítios.

Em relação ao acesso às chamadas tecnologias “modernas” de produção, cabe registrar que 35,3% dos produtores familiares do RN utilizaram agrotóxicos para combater pragas e doenças em suas lavouras. A irrigação, porém, estava presente em 13,9% dos sítios da categoria, localizados principalmente nos vales do Açu e Apodi, mas, também, em outras áreas do Estado. Já a presença de tratores representava um fato raro, haja vista que esse tipo de máquina agrícola foi encontrado apenas em 2,5% dos estabelecimentos familiares.

Gráfico 3 – Aspectos tecnológicos dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte – 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

As atividades produtivas dos agricultores estudados são desenvolvidas principalmente pela experiência acumulada entre gerações ou por conhecimentos informais adquiridos nas entidades de classe de que participam. Como é possível observar na Tabela 5, a seguir, isso acontece porque o grau de cobertura dos serviços de assistência técnica ofertados no Estado é muito baixo, atendendo somente a 14% dos produtores e deixando 86% sem qualquer acompanhamento especializado para aprimorar seus processos de trabalho.

Um dos motivos para o percentual elevado de agricultores familiares do RN sem assistência técnica é o pequeno efetivo de profissionais da Emater/RN. Em 2005, por exemplo, de um total de 505 servidores, a Entidade possuía um corpo técnico de 340 funcionários (UIRH EMATER RN – 3/2/2005), sendo que apenas 42,2% do nível superior estava no dia a dia com o produtor, e 86,7% dos técnicos profissionais de nível médio, principalmente técnicos agrícolas, mantinham contato mais direto. A relação técnico/escritório, na época, era de 1,66% (BASTOS, 2006).

Uma década depois, na véspera do Censo Agropecuário 2017, o problema persistia sem solução. Segundo relatórios oficiais, em 2015 a Emater contava com um quadro de 534 servidores, divididos entre concursados (370), bolsistas (144) e estagiários (20). Desse contingente, 156 (29,2%) atuava em atividades burocráticas nas sedes da Instituição e apenas 378 (70,8%) trabalhava diretamente nas Unidades de Campo (UCs) prestando atendimento aos produtores rurais e auxiliando na implementação de programas e projetos (EMATER/RN, 2016).

Observe-se que, além do baixo efetivo de profissionais para atender os produtores, a própria ação da Emater tem sido questionada ao longo do tempo por seu viés setorial agropecuário. Em função disso, a pluriatividade no campo e a perspectiva de formação de renda através de atividades não agrícolas, muitas vezes é relegada a papel secundário, sem possibilidade de constituírem negócios viáveis. Tal problema é decorrência, segundo Bastos (2006), de comportamentos e hábitos padronizados de pensamento, voltados a um modelo de agricultura em que a redução das incertezas está afeta apenas ao uso e retorno de capital, pelo controle incondicional da natureza. Esse engessamento se faz desde as escolas de formação técnica e da pes-

quiza, ignorando alternativas para as limitações estruturais da agricultura familiar, principalmente onde os parques ativos fundiários e recursos naturais exigem soluções mais criativas.

Tabela 5 – Recebimento de assistência técnica e acesso a crédito rural pelos chefes dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte, 2017 (Em %)

Variáveis	%
Recebe assistência técnica	14,0
Não recebe assistência técnica	86,0
Obteve financiamento	18,3
Não obteve financiamento	81,7

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Da mesma forma que a variável anterior, a Tabela 5 demonstra que o desempenho dos produtores familiares potiguar é afetado negativamente pela carência de recursos financeiros e em decorrência das dificuldades enfrentadas para acessar crédito rural nas agências bancárias. De fato, do universo de 50.680 explorações familiares no Estado em 2017, apenas 18,3% obtiveram financiamento e o restante (81,7%) não teve acesso a qualquer tipo de empréstimo bancário para investir e/ou custear as atividades que são desenvolvidas nos seus sítios, resultado, em parte, devido à falta de assistência técnica para elaborar os projetos de crédito.

A propósito do sistema de crédito rural, mesmo com a conquista do Pronaf, o acesso aos recursos permaneceu com problemas, seja pelos limites estruturais dos estabelecimentos e dos próprios agricultores, como já visto, seja pela submissão dos bancos a critérios operacionais que enfatizam os lucros e resultados das agências, alvo de interesses para promoções e outros aspectos que dificultam ou impedem a aprovação de muitas operações (BASTOS, 2006).

Torna-se evidente, pelo exposto, que a agricultura familiar do RN apresenta sérios limites em sua estrutura produtiva. É pertinente considerar que também foram identificados avanços relevantes no acesso a bens públicos, fruto das políticas federais de apoio ao segmento, assim como provenientes de outras ações dos governos estadual e municipais.

No entanto, a categoria sofre com a escassez de recursos fundiários, o que obriga os produtores a usarem intensivamente seus recursos naturais e, em alguns casos, utilizarem produtos químicos para proteger suas lavouras. Mesmo assim, trabalhando de forma predominantemente manual, sem receber assistência técnica, com pouco acesso a crédito e tendo que enfrentar uma grave seca, os agricultores familiares potiguar mantêm o seu papel na produção de alimentos, embora exista uma marcante desigualdade interna entre eles.

5 PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E NA GERAÇÃO DE RIQUEZA AGROPECUÁRIA

O RN, conforme já foi mencionado, enfrentou uma Grande Seca entre os anos de 2012 a 2017. Como consequência, o nível dos reservatórios caiu e quase todos os municípios do Estado decretaram situação de emergência devido à falta de água, o que contribuiu para agravar o desaquecimento vivenciado pela economia estadual no período (AQUINO; NUNES, 2019; EMPARN, 2017; FRANÇA; MORENO, 2017).

O fato é que os anos seguidos de estiagem provocaram reflexos negativos e desestruturaram cadeias produtivas, com decréscimo nos rebanhos pecuários, perdas nas culturas permanentes e frustração, quase por completo, das safras de grãos, tubérculos e demais culturas de subsistência, bem como na produção de forragem animal, constituindo-se em sério gargalo para manutenção dos rebanhos (SOUZA; AQUINO, 2018). A escassez hídrica também repercutiu negativamente nos cultivos irrigados com a redução na disponibilidade da oferta de água nos mananciais de superfície e do subsolo (ANA, 2017).

Dessa forma, considerando que historicamente o setor agropecuário potiguar sofre com as perdas na produção agrícola e pecuária, era de se esperar que, quando os recenseadores do IBGE fossem a campo, encontrassem uma agricultura familiar “sem produção”. Mas não foi isso que aconteceu na prática. De maneira surpreendente, a Tabela 6 revela que apenas uma parcela inexpressiva dos estabelecimentos potiguar (1,8%) não apresentou produção no último ano da estiagem prolongada, a qual so-

mente vai perder força com a volta das chuvas “normais” em 2018-2019. No caso da agricultura familiar, 98,4% dos entrevistados declararam que estavam cultivando lavouras e criando animais em suas pequenas propriedades, embora em quantidades limitadas devido aos sucessivos anos de seca.

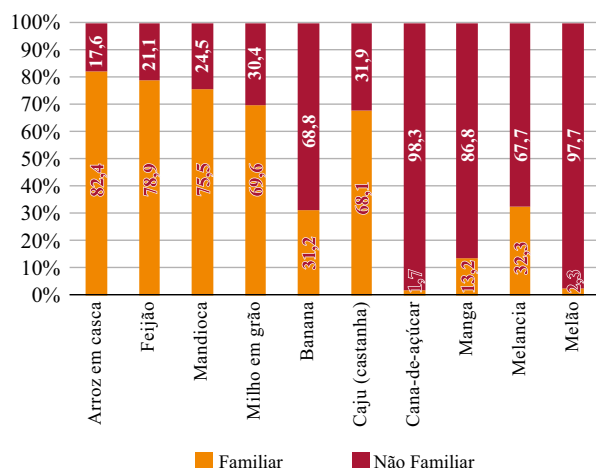
Tabela 6 – Estabelecimentos familiares e não familiares do Rio Grande do Norte com e sem produção agropecuária (2017)

Tipo de agricultor	Estabelecimentos (A)	Com produção (B)	% (B/A)	Sem produção (C)	% (C/A)
Familiar	50.680	49.893	98,4	787	1,6
Não familiar	12.772	12.427	97,3	345	2,7
Total	63.452	62.320	98,2	1.132	1,8

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Quanto à participação relativa da agricultura familiar nas principais lavouras desenvolvidas no campo norte-rio-grandense, observa-se que o segmento se destaca principalmente na produção de alimentos básicos. Em 2017, conforme o Gráfico 4, os agricultores familiares locais foram responsáveis pela maior porção do arroz (82,4%), do feijão (78,9%), da mandioca (75,5%) e do milho (69,6%) produzidos no território estadual.

Gráfico 4 – Participação da agricultura familiar e não familiar na quantidade de toneladas produzidas pelas principais lavouras do Rio Grande do Norte, 2017 (Em %)

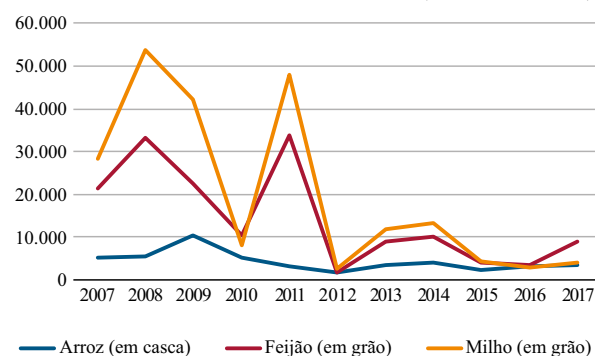


Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se que o segmento familiar potiguar também desenvolve lavouras comerciais de maior valor agregado. No entanto, a sua presença é pouco expressiva, com exceção do caju (castanha) em que a categoria responde por 68,1% do total produzido. Afora essa atividade, que tem como principal centro produtor o município de Serra do Mel, a produção de cana-de-açúcar e de frutas irrigadas (banana, manga, melancia e melão) é fortemente concentrada nas médias e grandes fazendas do segmento patronal, com pouca participação da agricultura familiar (Gráfico 4).

É válido registrar que os cálculos dos percentuais apresentados, referentes às “participações relativas” de cada tipo de agricultor, foram realizados considerando-se as quantidades produzidas. Dessa forma, a predominância do segmento familiar na produção de alimentos básicos não significa que o setor seja o principal responsável pelo abastecimento da população do RN. Por exemplo, não é correto afirmar que mais de 70% do arroz, do feijão ou do milho consumidos pelos potiguares vieram da sua agricultura familiar em 2017. Até porque, como evidencia o Gráfico 5, a produção desses alimentos caiu significativamente durante a grande seca, sendo a oferta local, mesmo nos anos “bons” de inverno, completada pela importação de outros estados do País.

Gráfico 5 – Evolução da quantidade produzida de arroz, feijão e milho no Rio Grande do Norte de 2007 a 2017 (Em toneladas)

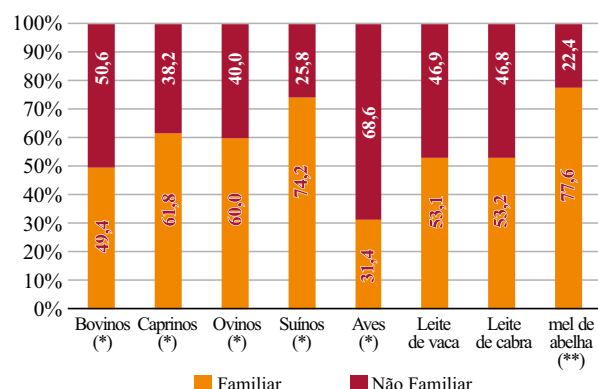


Fonte: PAM/IBGE/SIDRA (2019).

Tendo em mente a advertência anterior, os dados do Censo Agropecuário 2017 demonstram que a participação da agricultura familiar na pecuária norte-rio-grandense é também significativa. Sobre esse ponto, cabe considerar no Gráfico

6 que a maioria dos suínos (74,2%) e dos rebanhos de caprinos (61,8%) e ovinos (60,0%) criados nos estabelecimentos agropecuários potiguares está localizada nos pequenos sítios familiares. Além do efetivo de pequenos animais, a categoria ainda detém quase metade (49,4%) do rebanho de bovinos contabilizado pela pesquisa do IBGE.

Gráfico 6 – Participação da agricultura familiar e não familiar nos rebanhos e principais produtos da pecuária do Rio Grande do Norte, 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Notas: (*) Participação percentual (%) no número de cabeças em 2017; (**) Quantidade vendida de mel.

Outra informação relevante apresentada no gráfico em tela, e também encontrada em Gurgel e Nunes (2019), se refere aos principais produtos originários da pecuária. Nesse aspecto, vale destacar que pouco mais de metade do

leite de vaca e de cabra produzido nos estabelecimentos rurais do RN vem da agricultura familiar. Na mesma linha, é digno de nota o fato de que 77,6% do mel de abelha comercializado pelos estabelecimentos potiguares em 2017 teve origem nas colmeias de apiários pertencentes às unidades familiares de produção.

Deslocando o foco da análise para os montantes de riqueza produzida, contudo, descortina-se um cenário de desigualdade bastante preocupante no campo norte-rio-grandense. Para confirmar essa afirmação, as Tabelas 7 e 8 detalham a distribuição entre os diferentes segmentos de agricultores do Valor Total da Produção (VTP), calculado por meio da conversão de toda a produção obtida nos estabelecimentos rurais em valores monetários, inclusive o auto-consumo.

Com efeito, a Tabela 7 mostra que a agropecuária potiguar produziu um VTP de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, em 2017. Desse montante, a agricultura familiar, apesar de responder por mais 80% dos estabelecimentos rurais com alguma produção no ano de referência do censo do IBGE, conseguiu gerar apenas 29,7% do total, com um valor médio por unidade produtiva de R\$ 14.867,00. Enquanto isso, os pouco mais de 12 mil agricultores patronais foram responsáveis por 70,3% da riqueza produzida pela agropecuária estadual, obtendo um VTP médio de R\$ 141.397,00.

Tabela 7 – Participação dos agricultores familiares e não familiares no Valor Total da Produção (VTP) da agropecuária do Rio Grande do Norte (2017)

Tipo de agricultura	Estabelecimentos com produção	%	VTP (R\$ 1,00)	%	VTP Médio (R\$ 1,00)
Familiar	49.893	80,1	741.779.000	29,7	14.867
Não Familiar	12.427	19,9	1.757.139.000	70,3	141.397
Total	62.320	100,0,0	2.498.918.000	100,0	40.098

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Há que se considerar, aqui, que a desigualdade na capacidade de geração de riqueza não se manifesta apenas entre o segmento familiar e o não familiar. Isso porque dentro do próprio segmento familiar existe uma marcante diferenciação interna, algo perceptível mediante a estratificação dos estabelecimentos segundo as

regras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

De fato, ratificando o que fora dito anteriormente, a Tabela 8 evidencia que os agricultores familiares mais pobres do Grupo B do Pronaf, que são maioria do segmento (79%), produziram apenas 31% do VTP, o que representa um

montante médio anual muito baixo por estabelecimento, inferior a R\$ 6 mil.

A faixa intermediária da agricultura familiar potiguar agregada no Grupo V do Pronaf (20,8% do total), por sua vez, gerou 61,1% do valor de toda a produção da categoria, alcançando a média de R\$ 43.654,00, em 2017. Já o seletivo grupo de produtores familiares não pronafricanos (0,1%), muito provavelmente originário das cadeias produtivas da fruticultura irrigada, produziu 8% do VTP do público analisado e apresentou uma surpreendente capacidade média de geração de riqueza de mais de R\$ 800 mil ao ano.

Tabela 8 – Distribuição do Valor Total da Produção (VTP) da agricultura familiar do Rio Grande do Norte pela classificação dos grupos do Pronaf (2017)

Categorias (*)	Estabelecimentos com produção	%	VTP (R\$ 1,00)	%	VTP Médio (R\$ 1,00)
Grupo B	39.439	79,0	229.622.000	31,0	5.822
Grupo V	10.381	20,8	453.170.000	61,1	43.654
Não Pronafiano	73	0,1	58.987.000	8,0	808.041
Total Familiar	49.893	100,0	741.779.000	100,0	14.867

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Grupo B (pobre) = com renda bruta até R\$ 20 mil; Grupo V (intermediário) = com renda bruta de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil; Não Pronafiano (consolidado) = com renda bruta acima de R\$ 360 mil.

Segundo Aquino e Lacerda (2014) e Aquino et al. (2017), é possível depreender que o quadro de desigualdades vigente no rural potiguar é fruto da persistência de “múltiplas carências produtivas” (escassez de terra, água, tecnologias, assistência técnica, crédito, entre outros ativos), que bloqueiam historicamente a capacidade dos agricultores familiares pobres de gerar renda via atividades agropecuárias mesmo nos anos de chuvas regulares e, principalmente, nos períodos de estiagens prolongadas. O Censo Agropecuário 2017 também revela que a maioria dos estabelecimentos de agricultura familiar no RN, em razão de suas “múltiplas carências de ativos”, passa a depender de outras fontes de renda para sobreviver e garantir a continuidade na atividade.

Mesmo assim, no cômputo geral, a agropecuária continua sendo uma fonte de receitas extremamente relevante, o que revela o potencial e o importante papel desempenhado pela agricultura familiar do RN na produção de alimentos e na geração de riquezas para as economias locais. Deve-se considerar, portanto, a importância das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, desde as iniciativas descentralizadas de armazenamento e distribuição de água, além de algumas inovações na gestão de programas que possibilitaram o acesso ao crédito, a reestruturação de serviços de assessoria técnica, o apoio à comercialização, o que, juntamente com a ampliação do acesso ao sistema de proteção social, podem ter fortalecido as capacidades da agricultura familiar de enfrentar a estiagem prolongada de 2012 a 2017.

6 RECEITAS DOS ESTABELECIMENTOS E OUTRAS RENDAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Um dos grandes desafios para os estudiosos do meio rural, em especial do segmento da agricultura familiar, é estabelecer uma metodologia capaz de mensurar, com a maior aproximação possível, a renda gerada nos estabelecimentos agropecuários. Cabe considerar a existência de dois tipos de receitas da propriedade rural: a gerada pela produção do estabelecimento e a oriunda de fontes externas à propriedade.

Da produção, uma parte é contabilizada, aquela destinada à venda que acontece além da porteira e entra no circuito da comercialização. A outra parte é muitas vezes vista como “invisível”, pois não é contabilizada e se mantém da porteira para dentro, se transformando em autoconsumo das famílias e meio importante para a manutenção das propriedades. As outras receitas são, em sua maioria, oriundas de atividades não agrícolas e de transferências sociais do governo, e suas fontes são de fora da unidade familiar de produção (AQUINO; NASCIMENTO, 2020; ELLIS, 2000; ESCHER et al., 2014; GRISA; SCHNEIDER; CONTERATO, 2014; NUNES et al., 2006; NUNES; SCHNEIDER, 2012; SILVA, 2010).

Feita essa consideração teórica geral e levando-se em conta apenas os produtos e serviços comercializados, a Tabela 9 mostra que a receita dos estabelecimentos familiares do RN é gerada, principalmente, pela venda de animais e seus derivados, R\$ 381,4 milhões (59,4%), seguida pela venda de produtos vegetais, R\$ 175,5 milhões (27,3%). Juntas, essas duas fontes de entradas monetárias representaram 86,7% de toda receita no ano de 2017.

Tal concentração indica uma baixa diversificação da agricultura familiar potiguar, uma vez que os dados censitários revelam, ainda, uma participação na receita por parte da agroindústria de apenas 8,3% e pouca representatividade das entradas monetárias advindas de outras atividades não agrícolas no interior dos pequenos sítios, a exemplo da prestação de serviços de turismo rural e da confecção e venda de múltiplos tipos de artesanato.

Tabela 9 – Receitas da produção agropecuária e outras receitas dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte (2017)

Origem da receita	Mil Reais	%
Venda de produtos vegetais	175.526	27,3
Venda de animais e seus produtos	381.374	59,4
Venda de produtos da agroindústria	53.224	8,3
Desinvestimentos	10.658	1,7
Serviço de turismo rural	163	0,0
Exploração mineral	388	0,1
Atividade de artesanato, tecelagem, etc.	97	0,0
Outras receitas do estabelecimento	20.400	3,2
Total	641.930	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se que o Censo Agropecuário de 2017 identificou 4,1 mil estabelecimentos agropecuários no RN com produção de agroindústria rural.⁷ As-

⁷ O Censo Agropecuário de 2017 considerou como produção da agroindústria rural os produtos do estabelecimento agropecuário que tenham sido beneficiados ou transformados em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima que tenha sido produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou que tenha sido adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido dada pelo produtor (IBGE, 2017).

sim, mesmo com a baixa participação da venda de produtos agroindustrializados na composição da receita dos estabelecimentos familiares, convém destacar que este segmento concentra 79% do total das agroindústrias rurais existentes no Estado, embora seja responsável por apenas 36% do valor total das vendas dos produtos (IBGE/SIDRA, 2019). A Tabela 10 elenca os principais produtos de agroindústrias rurais com participação relativa da agricultura familiar no RN, considerando a quantidade produzida, a quantidade vendida e o valor obtido com as vendas.⁸

Tabela 10 – Participação percentual (%) da agricultura familiar na produção agroindustrial no Rio Grande do Norte – 2017

Produtos selecionados das agroindústrias* (em toneladas)	Produção	Venda	Valor de venda
Pães, bolos e biscoitos	84,9	84,6	86,5
Carne de suínos “verde”	82,0	88,5	83,1
Farinha de mandioca	78,9	78,1	80,8
Carvão vegetal	65,7	65,7	67,0
Carne de bovinos “verde”	64,0	62,4	63,0
Crema de leite	56,1	8,3	48,2
Queijo e requeijão	54,4	50,5	46,8
Goma ou tapioca	51,1	50,3	52,6
Rapadura	41,8	38,0	53,5
Polpa de frutas	32,0	31,9	47,5
Manteiga	25,9	25,7	32,5
Carne de outros animais (verde)	21,1	16,2	45,8
Doces e geleias	10,2	10,0	80,1

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Foram selecionados os produtos com participação dos estabelecimentos de agricultura familiar no RN com pelo menos 10% da produção total.

As informações apresentadas sinalizam o potencial da agricultura familiar para agregar valor

⁸ Convém destacar que o Censo Agropecuário de 2017 não divulgou dados relativos ao beneficiamento de castanha de caju, produto tradicional da agroindústria no RN e com forte participação da agricultura familiar.

aos seus produtos com a diversificação de atividades e aporte tecnológico nas unidades produtivas, embora o atual esforço ainda seja insuficiente para uma participação mais expressiva na formação da receita desse segmento. Assim, visando o fortalecimento deste potencial, é necessário ampliar o acesso aos serviços de assessoria técnica, aos investimentos em infraestrutura, em melhoria dos sistemas de produção e da organização do processo de comercialização.

Com relação às outras rendas obtidas fora dos estabelecimentos, ou seja, aquelas obtidas de atividades não agrícolas e de transferências sociais, o Censo Agropecuário do IBGE de 2017 corrobora o resultado de pesquisas anteriores que destacam o seu papel fundamental para a agricultura familiar, especialmente nos anos de seca (AQUINO; NASCIMENTO, 2015; 2020; GOMES DA SILVA, 2000; OLIVEIRA, 2017). De fato, a seca de 2012 a 2017 evidenciou sinais de redução da situação de vulnerabilidade social da população sertaneja⁹ decorrente da expansão da rede de proteção social com a ampliação do acesso a benefícios previdenciários rurais, benefícios de prestação continuada e a transferência de renda no Programa Bolsa Família.

A Tabela 11 indica que os recursos advindos de aposentadorias e pensões somaram R\$ 420,0 milhões, representando sozinhos 83,4% do montante de todas as outras fontes de rendas das pessoas que vivem nos estabelecimentos familiares. Em termos de importância relativa, embora em menor proporção, merecem destaque também as rendas obtidas por meio de atividades desenvolvidas fora das propriedades (8,8%), bem como os recebimentos de programas governamentais como o Bolsa Família (6,3%) e o Garantia Safra (1,3%).

Com efeito, as estatísticas do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, sobre as condições

produtivas e os valores das receitas geradas pelos estabelecimentos norte-rio-grandenses, sugerem uma agricultura familiar em situação ainda precária. Por um lado, contribui para o cenário apresentado a concentração nas receitas da produção geradas particularmente pela venda de produtos vegetais e animais com baixo valor agregado via agroindustrialização. Por outro, a precariedade é demonstrada por conta da dependência expressiva dos recursos de aposentadorias ou pensões e de outras rendas não advindas do trabalho, embora os fatores anteriormente comentados de perdas na produção agropecuária decorrentes da Grande Seca (2012-2017) e o envelhecimento de parcela significativa dos produtores, exerçam influência direta sobre o elevado percentual de outras fontes externas na composição da renda dos estabelecimentos da agricultura familiar no RN.

Tabela 11 – Outras fontes de renda dos agricultores familiares do Rio Grande do Norte (2017)

Tipo de Renda	Valor (Mil Reais)	%
Recursos de aposentadorias ou pensões	420.051	83,4
Rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento	44.178	8,8
Recebimento de prêmio de Programa Garantia Safra	6.463	1,3
Recebimento de prêmio de Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar – Proagro Mais	131	0,0
Recebimento do Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	860	0,2
Recebimento de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais)	127	0,0
Recebimentos provenientes de programas dos Governos (federal, estadual ou municipal)	31.649	6,3
Total	503.459	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Em vista disso, nota-se a importância de políticas públicas e de ações governamentais no sentido da estruturação econômica da agricultura familiar, capazes de possibilitar o engendramento de processos de organização coletiva

9 De acordo com a pesquisa do IBGE (2018), em apenas 16 municípios do semiárido potiguar (11% do total) ocorreram perdas humanas por êxodo ou morte decorrentes da grande seca nos anos de 2012 a 2016. Não há registros de ocorrências de saques e nem foram implementadas ações emergenciais de distribuição de alimentos e de frentes de trabalho, o que difere das ocorrências registradas nos dois grandes períodos de secas prolongadas, ocorridas na década de 1990: “Na seca de 1992 a 1993, foram alistadas 2,1 milhões de pessoas nas Frentes de Emergência, criadas pelo governo federal; e na seca de 1998 e 1999, foram distribuídas 3 milhões de cestas básicas/mês a famílias residentes no Semiárido brasileiro” (SILVA, 2010, p. 68).

e de agregação de valor, estimulando um movimento contínuo e duradouro de inclusão produtiva. Esse desafio evidencia a necessidade de fortalecer as estratégias que tenham como objetivo a dinamização e diversificação das fontes de ocupação e renda da categoria, visando à construção coletiva de uma maior densidade econômica e de um mais consistente tecido social no meio rural potiguar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi traçar um perfil socioeconômico atualizado da agricultura familiar no Rio Grande do Norte, tendo como referência principal os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE. Em linhas gerais, o trabalho revela que esta categoria de produtores desempenha um papel social e econômico extremamente importante, sendo responsável por quase 80% dos estabelecimentos rurais do Estado e 67,8% do pessoal ocupado.

No campo potiguar, os agricultores familiares se destacam, principalmente, na produção de alimentos básicos, mas a renda gerada por esses produtos ainda é muito baixa. Evidentemente, parte dos problemas identificados pelo Censo é fruto da Grande Seca que atingiu o Estado no período de 2012-2017, agravando as condições estruturais decorrentes da concentração da terra e da extrema exploração da mão de obra nas áreas rurais. Contudo, é necessário considerar que esse seguimento é também “bloqueado” por “múltiplas carências produtivas”, causadas por fatores como o tamanho reduzido das propriedades, o baixo nível educacional e de recebimento de assistência técnica, o pouco acesso ao crédito e o baixo uso de tecnologias mecânicas, entre outros.

Vale registrar que as rendas das transferências sociais amenizam os problemas citados. Porém, para remover “múltiplas carências” e liberar o potencial produtivo da agricultura familiar norte-rio-grandense, se faz necessário um amplo programa integrado de desenvolvimento rural.

O diagnóstico apresentado sugere que um projeto dessa envergadura, além da maior oferta de bens públicos nas comunidades e nos as-

sentamentos rurais, pode ser estruturado em 10 eixos principais, quais sejam:

- i. Reforma agrária e regularização fundiária, sem perder de vista também a possibilidade da utilização de terras vizinhas de áreas próximas, através de contratos de longo prazo para facilitar o controle e uso do solo e a viabilização de micro estabelecimentos;
- ii. Democratização do acesso à água via universalização das cisternas e outras tecnologias;
- iii. Combate ao analfabetismo de jovens e adultos e fortalecimento das escolas do campo, revendo as metodologias de ensino e os conteúdos trabalhados;
- iv. Apoio à juventude rural por meio do acesso a ativos produtivos e da criação de espaços permanentes para qualificação profissional através da expansão das ações voltadas a esse segmento social pelas universidades públicas (UERN, UFRN e UFRSA) e pelos institutos federais (IFs) localizados no estado;
- v. Fortalecimento do cooperativismo e outras formas de organização coletiva;
- vi. Universalização da assistência técnica mediante a reestruturação da Emater e dos órgãos de pesquisa agrícola no Estado, compreendendo aí um plano de desenvolvimento institucional que contemple meios, metodologias de atuação e recomposição do quadro de técnicos necessários;
- vii. Desenvolvimento e disseminação de tecnologias mecânicas e máquinas agrícolas adaptadas à realidade da pequena propriedade;
- viii. Incentivo à agroecologia, à agricultura orgânica e às práticas de convivência com o semiárido;
- ix. Expansão do acesso ao crédito para inserção dos agricultores em lavouras comerciais de maior valor agregado e apoio à agroindustrialização, pela via de expansão do diálogo com os agentes financeiros, para contornar obstáculos institucionais; e

- x. Melhoria dos canais de comercialização agrícola e promoção da diversificação econômica agrícola e não agrícola, atendendo para o monitoramento da produção e outros meios, no intuito de estimular a utilização de boas práticas produtivas e gerenciais.

Alguns levantamentos mostram que uma parte das ações elencadas acima parece já estar sendo realizada pelo governo estadual, por intermédio da Sedraf, a exemplo da Lei n. 10.536, de 03 de julho de 2019 (RIO GRANDE DO NORTE, 2019b), que instituiu o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Pecafes, cuja finalidade é a aquisição de produtos da agricultura familiar como forma de assegurar o desenvolvimento rural sustentável. Além da compra direta de gêneros alimentícios pelo Estado, o Pecafes possui modalidade de compra indireta, aplicada a empresas contratadas pelo governo estadual que fornecem alimentos preparados (sobretudo refeições nos restaurantes populares), garantindo que no mínimo 30% dos custos com aquisição de gêneros alimentícios devem ser provenientes da agricultura familiar.

Entretanto, esta e outras iniciativas, a exemplo do programa de aquisição e distribuição de sementes crioulas, estão sendo implantadas de forma lenta e gradual, em razão, sobretudo, das limitações orçamentárias do erário público estadual, o que reduz significativamente a escala dos Programas diante da demanda dos estabelecimentos de agricultura familiar no RN.

Não é demais enfatizar que uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável implica na integração territorial de diversas políticas públicas. Isto exige que se combinem os aspectos e as dimensões socioeconômicas, ambientais e culturais com o fortalecimento da infraestrutura local, conforme os dez eixos acima apresentados, orientadas por uma perspectiva de longo prazo e com a finalidade de melhoria das condições de vida no campo e, conseqüentemente, nas cidades.

Nesse sentido, o destino da economia do RN no século XXI passa pelo fortalecimento da sua agricultura familiar e, para fazer frente a esse desafio, novas pesquisas na área devem

ser realizadas objetivando melhorar o entendimento do tema, possibilitando captar as especificidades microrregionais e municipais. Na mesma linha, estudos de caso e pesquisas qualitativas podem auxiliar na compreensão mais detalhada da situação da agricultura familiar local, podendo servir de base para orientar o rumo dos gestores públicos na direção dos caminhos que levam ao desenvolvimento rural sustentável.

Isso significa que o papel desempenhado pelas universidades públicas sediadas no território potiguar será de grande relevância. Assim sendo, é fundamental resgatar e fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes à socioeconomia do meio rural, buscando aos poucos desgarrar a vida acadêmica e as atividades de investigação científica dos grilhões que as prendem aos mecanismos institucionais, criando condições para que os conhecimentos gerados sejam utilizados como meios para auxiliar no fortalecimento da agricultura familiar e na dinamização econômica estadual.

REFERÊNCIAS

- ANA -AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017**: relatório pleno. Brasília: ANA, 2017. Disponível em: http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conj2017_rel-1.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.
- ANDRADE, M. C. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Ed. UFRN, 1981.
- AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba/SP, v. 52, Supl. 1, p. 167-188, 2014.
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. O “novo” rural do Rio Grande do Norte revisitado. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista-BA, n. 20, p. 135-157, 2015.

- AQUINO, J. R.; FREIRE, J. A.; CARVALHO, A. C. A. T. Importância, heterogeneidade e pobreza da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros/RN, v. 7, n. 2, p. 66-92, jul./dez. 2017.
- AQUINO, J. R.; NUNES, E. M. Desempenho recente e perspectivas da economia do Rio Grande do Norte no Século XXI. BNB **Conjuntura Econômica - Edição Especial**. Fortaleza: BNB-Etene, p. 289-306, 2019.
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. A Grande Seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 81-97, abr./jun., 2020.
- BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis; Campinas; Seres – Unicamp, 2006.
- CASTRO, C. N. **A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Texto p/ Discussão, n. 1.786).
- COELHO, J. D. Agricultura familiar no Nordeste. **Informe Rural Etene/BNB**. Fortaleza, ano 4, n. 5, p. 1-11, 2010.
- DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília: FAO/SAF-MAPA/Finattec, 2019.
- DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4. ed. São Paulo: Dieese/Nead/MDA, 2011.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- EMATER/RN. **Relatório de gestão 2015**. Natal: Emater/RN, 2016.
- EMPARN. **Monitoramento pluviométrico do RN: análise de chuvas no ano**. Natal/RN, 2017. Disponível em: <http://187.61.173.26/monitoramento/monitoramento.php>. Acesso em: 7 abr. 2017.
- ESCHER, F. et al. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba/SP, v. 52, n. 4, p. 643-668, out./dez. 2014.
- FRANÇA, J. M. F.; MORENO, J. C. Uma reflexão sobre os impactos causados pela seca no Rio Grande do Norte de 2012 a 2016. **Parcerias Estratégicas**. Brasília/DF, v. 22, n. 44, p. 213-232, jan./jun. 2017.
- GOMES DA SILVA, A. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DASILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste**. Jaguariúna, São Paulo: Embrapa, 2000. p. 13-44.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. A produção para autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2014. p. 165-186.
- GURGEL, I. A.; NUNES, E. M. A Dinâmica socioeconômica da pecuária do Rio Grande do Norte: análise da cadeia produtiva do leite do território Sertão do Apodi. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 50, p. 59-76, 2019.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.
- _____. **Manual do Recenseador - Censo Agro 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf. Acesso em: 12 mai. 2019.
- _____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoes-estatisticas>. Acesso em: 12 jun. 2018.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 20 jan. 2020

MONTEIRO, D. M. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: EDUFRN, 2007.

NUNES, E. M. et al. Renda rural e desenvolvimento em áreas de intervenção estatal do Nordeste: o caso de Serra do Mel/RN. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo/RS, v.14, n. 27, p. 126-144, nov. 2006.

NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Economia agrícola, instituições e desenvolvimento rural: uma análise comparativa da diversificação econômica do Polo Açu-Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 43, p. 561-584, 2012.

NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Polo Açu-Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, p. 601-626, 2013.

OLIVEIRA, R. P. **Transferências governamentais e previdência social rural nas microrregiões do Rio Grande do Norte**. 2017. 149f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2017.

OLIVEIRA, C. J.; BASTOS, F. Agricultura familiar: a necessária revisão de sua classificação operacional. In: **Tópicos de Ciências Agrárias**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2019.

PAM/IBGE/SIDRA. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM 2018)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 05 fev. 2020.

PENHA, T. A. M.; MATOS FILHO, J. Análise comparativa entre o Rio Grande do Norte e os principais estados exportadores de frutas do Nordeste entre 1999 e 2010. In: PEREIRA, W. E. N.; SILVA, M. G.; ARAÚJO, D. S. (Orgs.). **Recortes analíticos sobre desenvolvimento, Estado e economia do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2016. p. 174-194.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei Complementar nº 649**, de 10 de maio de 2019. Dispõe sobre a reorganização do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, altera a Lei Complementar Estadual n. 163, de 5 de fevereiro de 1999, e dá outras providências. Natal: Governadoria, 2019a.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei n. 10.536**, de 03 de julho de 2019. Cria o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Natal: Governadoria, 2019b.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei n. 10.695**, de 14 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado (PPA) para o Quadriênio 2020-2023 e dá outras providências. Natal: Governadoria, 2020.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: BNB, 2010.

SOUZA, E. M.; AQUINO, J. R. A Grande Seca e seus efeitos na produção agropecuária do Rio Grande do Norte: 2012-2016. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão/SE, ano XXIX, n. 2, p. 174-195, jul./dez. 2018.

TRIBUNA DO NORTE. **Valores das exportações do RN crescem 41,8% em 2019**. Natal/RN, 21/01/2020a. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/valores-da-exportaa-a-es-do-rn-crescem-41-8-em-2019/470158>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. **Produção de melão no estado deve duplicar para atender o mercado da China**. Natal/RN, 24/01/2020b. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/produa-a-o-de-mela-o-no-estado-deve-duplicar-para-atender-o-mercado-da-china/470456>. Acesso em: 30 jan. 2020.